



**ACÓRDÃO Nº2107/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11756/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Amaturá
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Orlandino Torquato de Araujo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6538/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Amaturá. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Orlandino Torquato de Araújo**, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Amaturá, exercício 2021, com fulcro no art. 22, inciso III, "b", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades:

**I)** ausência de comprovação de que os servidores exclusivamente comissionados não estavam vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com o respectivo repasse das contribuições;

**II)** Ausência de justificativa de escolha do contratado e de justificativa de preço referente às Dispensas de Licitação 016/2021 e 032/2021 e Inexigibilidade 01/202;

**III)** Ausência de previsão de casos de rescisão e ausência de relatórios e/ou documentos congêneres que demonstrem o



**ACÓRDÃO Nº2107/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

acompanhamento e a fiscalização da execução contratual referentes aos Contratos 03/2021, 06/2021 e 07/2021; e

**IV)** desrespeito ao princípio da transparência na gestão fiscal, em inobservância ao art. 48, 54, inciso II e 55, § 2º todos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)

**10.2. Aplicar Multa ao Sr. Orlandino Torquato de Araújo, no valor de R\$ 13.654,39, em razão das seguintes impropriedades:**

**I)** Ausência de justificativa de escolha do contratado e de justificativa de preço referente às Dispensas de Licitação 016/2021 e 032/2021 e Inexigibilidade 01/202;

**II)** Ausência de previsão de casos de rescisão e ausência de relatórios e/ou documentos congêneres que demonstrem o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual referentes aos Contratos 03/2021, 06/2021 e 07/2021; e

**III)** desrespeito ao princípio da transparência na gestão fiscal, em inobservância ao art. 48, 54, inciso II e 55, § 2º todos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Dar ciência deste julgado ao Sr. Orlandino Torquato de Araújo.**



**ACÓRDÃO Nº2107/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2022.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.  
**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral